

EDITORIAL

À semelhança de 2013, também o ano de 2014 foi fértil em acontecimentos suficientemente reveladores da falta de preparação do nosso país para fazer face a acontecimentos que nem sequer se poderão considerar imprevisíveis. Temos ainda presente o inverno de 2013-2014 marcado por várias tempestades, de que se destacaram as ocorridas entre 6 a 8 de janeiro de 2014 (tempestade HÉRCULES) e nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2014 (furacão STEPHANIE). Com as ondas a atingirem alturas superiores a 10 m, em qualquer dos casos, registaram-se galgamentos marginais com elevados prejuízos ao longo de toda a zona costeira, e muito em particular na região norte.

Como de costume, tudo o que se passou naquele inverno foi esquecido no verão seguinte com os costumados incêndios a que vamos assistindo ano após ano. Embora as ocorrências do último verão não tenham assumido as proporções atingidas em alguns anos anteriores, ainda assim registaram-se 26 grandes incêndios, que queimaram cerca de 11000 hectares de espaços florestais, de um total de cerca de 20000 hectares destruídos pelas chamas, só no passado ano de 2014.

Ainda a nível fluvial, também as cheias e inundações são frequentes e com elevados prejuízos. Basta ter presente a ocorrência recente registada no rio Ceira, no passado mês de janeiro, com a inundação de doze casas e uma estrada cortada numa localidade próxima de Coimbra. Ainda em consequência desta cheia, uma estrada municipal ficou igualmente intransitável num concelho do interior.

Compreender o perigo de uma inundação requer o entendimento dos tipos e causas da inundação, as suas probabilidades de ocorrência e o seu impacto em termos de extensão, duração, profundidade e velocidade. É importante saber onde e com que frequência os possíveis eventos de inundação podem ocorrer, que população e ativos ocupam as áreas potencialmente afetadas, qual o grau de vulnerabilidade destas pessoas e dos bens instalados, como são estes espaços planeados e desenvolvidos, e o que está sendo feito visando a redução do risco de inundação. Este conhecimento é crítico para compreender a necessidade, urgência e prioridade em implementar medidas de gestão de risco de inundação

Mais recentemente, registou-se o mês de março mais seco dos últimos 18 anos e com uma temperatura média superior ao valor normal. Segundo o boletim

climatológico mensal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, mais de 90% de Portugal continental encontrava-se, no final de março, em situação de seca meteorológica fraca a moderada e 7% do território registava uma seca severa.

Ainda de acordo com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, o panorama no final de abril não era muito diferente, com as seguintes percentagens do território em situação de seca meteorológica: 17.6% em seca fraca, 79.0% em seca moderada e 3.4% em seca severa. O valor médio da temperatura máxima do ar em abril (20.90°C) correspondeu ao 2º valor mais alto dos últimos 18 anos (valor mais elevado em 2011, com 23.08°C).

Ou seja, os fenómenos extremos não só ocorrem como tendem a agravar-se. Os acontecimentos invariavelmente registados no nosso país ano após ano, em que se incluem a perda de território, as cheias, as inundações urbanas e os incêndios florestais, têm consequências que ultrapassam em muito o restrito período da sua ocorrência. Os prejuízos materiais e humanos são apenas as consequências imediatas e mais óbvias. Segundo a diretora-geral da OMS, Margaret Chan, *"as alterações climáticas colocam diretamente em perigo a saúde. Os efeitos do aquecimento do planeta vão ser brutais e fortemente sentidos, provocando alterações no ar, na água, nos hábitos alimentares, na longevidade e nas doenças"*.

E no entanto, continua por implementar no nosso país uma política de planeamento e gestão que contribua para uma efetiva redução de riscos, ou pelo menos de mitigação de consequências, preservação dos recursos naturais e prossecução de uma via que deverá conduzir a sustentabilidade ambiental. É fundamental adotar os *princípios da prevenção e da precaução*, antecipando possíveis problemas imediatos e futuros, e ter uma atitude pró-ativa, garantindo assim proteção ambiental apesar da incerteza.

Pela atualidade, frequência e previsibilidade com que ocorrem os eventos acima relatados, pelos prejuízos materiais e humanos que comportam, e ainda (ou fundamentalmente) pelas irreparáveis consequências ambientais que acarretam, estas temáticas são particularmente bem acolhidas para possível publicação na *Revista Recursos Hídricos*.

O Diretor da Recursos Hídricos
José Simão Antunes do Carmo

